

FACULDADE DE AFONSO CLÁUDIO-FAAC
CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM PÓS – GRADUAÇÃO E
PESQUISA - CESAP

EUDA BATISTA DE BARROS

PERFIL DO NOVO CONTADOR:
Com Ênfase na adequação profissional

VITORIA/ES
2013

EUDA BATISTA DE BARROS

PERFIL DO NOVO CONTADOR:

Com Ênfase na adequação profissional

Monografia apresentada ao Centro de Estudos Avançados em Pós-Graduação e Pesquisa – CESAP, como requisito final para obtenção do grau de Especialista em Gestão Pública e Contábil.

VITÓRIA/ES
2013

EUDA BATISTA DE BARROS

PERFIL DO NOVO CONTADOR:

Com Ênfase na adequação profissional

Aprovado em ____de_____de 2013.

Centro de Estudos Avançados e em Pós-
Graduação e Pesquisa - CESAP

Vitória/ES
2013

AGRADECIMENTOS

A todos os professores, mestres, que podemos compartilhar por esses meses, que estivemos envolvidos no aprendizado e especialização, Conhecimento que levaremos em nosso caminhar.

Aos colegas que se fizeram amigos e juntos partilhamos momentos de insegurança, dúvida, mas sobretudo, encorajamento para atingirmos nossa meta.

Enfim a todos que de forma direta ou indireta contribuíram para o êxito de nosso trabalho de conclusão.

Dedico esse trabalho a minha família,
pelo incentivo e compreensão.

Aos professores, mestres, e a todos os colegas
que nos apoiaram e compartilharam na realização
de nosso objetivo.

“Viver e não ter a vergonha de ser feliz.Cantar e
cantar a beleza de ser um eterno aprendiz.”

(Gonzaquinha)

RESUMO

Com a globalização, e os avanços da tecnologia, houve uma grande influencia no mundo dos negócios, e essas mudanças não somente atingiu as relações empresariais, mas, sobretudo, acarretou em mudanças no perfil do profissional contábil, cujo trabalho é de grande relevância.

O perfil do contador moderno é do profissional que precisa acumular conhecimentos para que possa garantir seu lugar no mercado, entretanto, precisa ter consciência de que para maior remuneração é exigido maior qualificação, o profissional tem que ser necessariamente inteligente, ser criativo, proativo, ter alta integridade, não ter receio de arriscar, não pode ser egoísta, ter uma boa capacidade de comunicação, ter visão sistêmica, obrigatoriamente compreender a sistemática econômica financeira, política e social, em todos os níveis: local, regional e a partir da obrigatoriedade das atualizações da contabilidade na área pública, seguir os preceitos internacionais, em vigor em desde o ano de 2007.

Essas mudanças exigirá muito esforço e determinação dos profissionais contábeis, de acordo com o contexto apresentado, a agilidade, flexibilidade, espírito inovador, são algumas das características fundamentais para que se atinja os objetivos desejados pelas empresas privadas, por instituições públicas, por gestores atentos a globalização, a população que tem buscado entender os caminhos utilizados para se chegar a digna equiparação aos países desenvolvidos.

PALAVRAS CHAVES: Globalização, profissional contábil, perfil do novo profissional contábil.

LISTA DE SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

FAESA - Faculdades Integradas Espírito-Santenses

FUCAPE - Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças

IFAC – International Federation of Accounting

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

UNIVILA - Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Vila Velha

UNIVIX - formado pelas Faculdades Univix (Vitória), Univem (Nova Venécia), Unisam (São Mateus) e serravix (Serra)

USP – Universidade de São Paulo

UVV - Universidade Vila Velha

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	GESTÃO PÚBLICA E CONTÁBIL.....	11
2.1	A Contabilidade Pública e o Processo de Convergência.....	14
3	PERFIL DO CONTADOR.....	23
3.1	Evolução.....	23
4	METODOLOGIA	28
5	FUNDAMENTAÇÃO.....	30
5.1	Fundamentação Teórica.....	30
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
7	REFERÊNCIAS	35

1 INTRODUÇÃO

A Contabilidade é uma das ciências mais antiga e complexa, existente desde os primórdios das civilizações, quando o homem sentiu a necessidade de controlar os seus bens. Com o avanço das ciências, principalmente da matemática na Idade Média, a contabilidade recebeu muitas contribuições e foi evoluindo através do tempo.

Hoje vivemos em uma era diferente, a chamada Era da Informática e a Contabilidade evoluiu muito, assim como todas as outras ciências, e utiliza-se dos benefícios dos sistemas de Informação. Não precisamos viajar tão longe no tempo, para percebermos as significativas mudanças que o computador provocou na atividade contábil. Meio século atrás, toda a contabilidade era feita manualmente. Nem máquina de escrever era usada. As ferramentas básicas eram: pena de bico, livro de registro e máquina de calcular, considerados rudimentares hoje, mas de extrema funcionalidade na época.

Os softwares contábeis agilizaram extremamente os lançamentos ou mesmo a apresentação de muitos relatórios contábeis. Os lançamentos contábeis que antes eram feitos de maneira trabalhosa, demorada e que principalmente eram de difícil correção, hoje são feitos com muita facilidade.

Antigamente, se acontecesse um erro na escrita contábil, ou mesmo em algum lançamento, normalmente, era preciso se desfazer do papel e fazer tudo de novo. Este processo trazia a necessidade de um profissional altamente capacitado ao fazer um lançamento, pois se era demorado escrever uma vez, fazer tudo de novo demorava o mesmo tanto, se não mais.

Com os novos programas contábeis, muitos erros foram eliminados, como por exemplo, os erros referentes às datas dos lançamentos, ou mesmo os relacionados a valores diferentes no débito e no crédito.

Este avanço faz com que não seja mais necessário que o próprio contador seja o responsável pelos lançamentos, pois mesmo se aconteça algum erro na hora do lançamento, este pode ser visualizado na tela do computador e ser facilmente alterado, antes da impressão, sem gastos com papéis ou perda de tempo.

Diante deste contexto muitos são os estagiários em escritório de contabilidade, ou mesmo auxiliares contábeis que executam funções antes atribuídas aos contadores, como lançamentos de notas fiscais, ou mesmo de classificação contábil.

Com esta nova realidade, os contadores passam a receber críticas relacionadas a sua função, já que o trabalho anteriormente complexo realizado por eles que possuem um conhecimento teórico e fundamentado em experiências práticas, hoje pode ser feito por qualquer pessoa que possua um mínimo de treinamento dos sistemas contábeis.

Pensando desta forma, muitos podem perguntar em forma de crítica, qual a função do contador na atualidade? O trabalho proposto tenta responder a perguntas como estas, mostrando que o mesmo avanço tecnológico somado à globalização e à competitividade do mercado, alterou também as necessidades dos usuários da contabilidade e diante disso, o contador passa a ter um novo papel. Papel este que também será desenvolvido neste trabalho.

2 GESTÃO PÚBLICA E CONTÁBIL

A Contabilidade Pública é definida como sendo o ramo da contabilidade que registra, controla e demonstra a execução dos orçamentos, dos atos e fatos da fazenda pública e o patrimônio público e suas variações, seu escopo está relacionado ao controle dos recursos públicos.

Com o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF a contabilidade alcançou uma maior importância e valorização.

A contabilidade societária, relacionada com a privada, é regida pela Lei das Sociedades Anônimas e pelo Código Civil, que ditam as regras de procedimentos contábeis, já a

contabilidade pública e regulada pela Lei 4.320 de 1964 que é a Lei das finanças públicas.

A diferença entre as duas contabilidades são que, na contabilidade societária o foco principal é o patrimônio e suas variações, a peça principal é o balanço patrimonial. Já na contabilidade pública, mais relevante é o balanço de resultados, que trata das despesas e receitas; de maneira mais direta, a forma que aconteceu a arrecadação e como foi aplicado o recurso.

A Lei de Responsabilidade Fiscal deu especial forma ao relatório de execução orçamentária, com as devidas definições do que compõe o relatório trazendo também inovações no relatório de gestão fiscal, que visa demonstrar se foram atingidas as metas e os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Outra inovação que a Lei exige é que as receitas vinculadas tenham contabilização de onde está evidenciando, o que já foi aplicado e qual o saldo.

A Lei 4.320 de 17 de março de 1964 norteia a contabilidade pública tanto nas esferas, municipal, estadual municipais, e federal, esta Lei está para Administração Pública como a Lei das Sociedades por Ações para a Contabilidade Privada.

O objetivo da Contabilidade Pública envolve o registro da receita e a fixação da despesa, estabelecidas no Orçamento Público aprovado para o exercício, escritura execução orçamentária da receita e despesa, fazendo a comparação entre previsão e a realização, controla as operações de crédito a dívida ativa, os valores, os créditos e obrigações, revela as variações patrimoniais e mostra o valor do patrimônio. O objetivo de qualquer contabilidade é o patrimônio neste contexto, a contabilidade pública não está interessada só no patrimônio e suas variações, mas também, no orçamento e sua execução.

A contabilidade aplicada ao Setor Público representa o principal instrumento de controle e acompanhamento das ações e políticas públicas, materializadas na correta aplicação

dos recursos públicos, na condução da gestão e ética e na obrigação do gestor público prestar contas, uma vez que a elaboração de demonstrações contábeis que representem uma visão justa e adequada da movimentação e aplicação de recursos públicos, bem como dos resultados alcançados, é fundamental para alinhar as ações dos gestores e a compreensão dos cidadãos em consonância com as boas práticas da governança pública.

Como sistema de informações específico, ela vem incorporando novas metodologias e recuperando seu papel, adotando parâmetros de boa governança, demonstrando a importância de um sistema que forneça o apoio necessário a integração das informações macroeconômicas do setor público e a consolidação das contas nacionais. É inquestionável que todo o processo de acompanhamento e controle do patrimônio público deve partir do estudo do fenômeno e transações que o afetam, além dos profissionais que saibam dar destaque ao seu papel e a sua devida importância.

Neste século XXI, muito se discutiu sobre a contabilidade em busca constante de soluções satisfatórias para as necessidades de seus diversos usuários (gestores, governo, investidores...) principalmente soluções para aqueles que possuíam investimentos no exterior e precisam se adaptar aos padrões contábeis de cada País para o registro, a mensuração e a evidência contábil.

Diante da realidade brasileira, cabe destaque o papel transformador da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 e alterações posteriores. Entre outros dispositivos, foram estabelecidos a modificação no elenco de demonstrações a serem representadas pela contabilidade societária, incluindo a demonstração de fluxo de caixa e a demonstração do valor adicionado bem como a alteração na estrutura do Balanço Patrimonial e a abertura para os organismos reguladores (Comissão de valores mobiliários – CVM e o Banco Central – Bacen) pudessem fixar convênios com outras instituições objetivando o desenvolvimento e a convergência dos padrões brasileiros aos internacionais.

No âmbito da contabilidade pública não é diferente. As resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que aprovam as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público, identificadas pela sigla NBC de acordo com a resolução 1.328 de 2011, tiveram como base as especificações das normas editadas pelo International Public Sector Accounting Standards Board (IPSASB) ou conselho internacional de normas contábeis para o setor público, as quais, por sua vez, e ressalvando as peculiaridades, tiveram como base as normas do IASB.

Ressalva-se a relevância deste tema a inovação trazida para a contabilidade pública brasileira pelas NBC. A partir desse processo de convergência entre as normas internas e internacionais é evidenciado o esforço de organismos contábeis para atingir o objetivo da ciência contábil sempre de modo satisfatório, divulgando informações úteis e confiáveis para os cidadãos. Além disso, mais que modificações normativas, esta convergência se mostra também como um grande desafio para o profissional que trabalha com a contabilidade pública e para o aperfeiçoamento dos programas acadêmicos, sendo mais um ponto notório e relevante para a pesquisa.

2.1 A Contabilidade Pública e o Processo de Convergência

Sabe-se, que a contabilidade pública é uma ciência em constante transformação, pois tem o poder de adaptação ao ambiente em que atua. Por isso está adequada como ciência social. Esta proposição inicial pode ser assim apresentada como causa do que está sendo contido na nossa estrutura conceitual básica, editada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Deve-se ressaltar que essas descobertas decorrem da constante busca de suprir as necessidades dos usuários internos e externos da contabilidade, através de informações relevantes e oportunas que possam ajudar na tomada de decisões. A estrutura conceitual Brasileira no que se refere aos quesitos da informação, objeto e objetivo contábil e referindo-se também aos procedimentos a serem observados.

O processo da Globalização vem impondo demandas de informações contábeis, o que exige a criação de sistema de informação que respondam, integral e tempestivamente, a qualquer usuário, interno ou externo, para isso é utilizado o manual técnico de contabilidade aplicada ao setor público, o manual relata a busca pelo constante desenvolvimento da ciência contábil, traçando como uma das causas o atual estágio da globalização com mercados mais competitivos, exigentes, e cada vez mais atuante em nível de comércio exterior.

A informação evidenciada pela contabilidade, através de seus demonstrativos, faz com que seus usuários possam ter mais segurança quanto as decisões que porventura possam vir a tomar, de maneira que as demonstrações contábeis são preparadas e apresentadas para usuários externos em geral, tendo em vista suas finalidades e necessidades diversas.

Especificamente, a contabilidade pública, que de acordo com Lima e Castro (2000,p.16) "é o ramo da contabilidade que tem por objetivo aplicar conceitos, princípios, e normas contábeis na administração pública", através dessas normas, passa durante os últimos anos por várias discussões e debates, que tem como intrave a convergência das normas brasileiras de contabilidade pública com as normas internacionais aplicadas ao setor público, in foco.

O próprio termo "convergencia" já merece especial atenção no que se refere a ideia de diferenciar de outros temas como "padronização"

Para Choi e Meek (2005 apud CARLIN,2008):

[...] a convergência [...] envolve uma eliminação gradual das diferenças dos cmcm padrões nacionais e internacionais de contabilidade, por meio do esforço de organismos internacionais, nacionais, emissores desses padrões e outros grupos que necessitam de melhores práticas e reporte de informação contábil.

A convergência refere-se a uma aproximação de critérios, procedimentos , métodos utilizados em cada País com os adotados internacionalmente, de forma flexível, obrigatoriamente por um padrão normativo.

Neste contexto, padrão nacional e internacional refere-se ao conjunto de normas e regras que servem de base para o desenvolvimento da contabilidade, sendo vinculada a idéia de conjunto de práticas adotadas por um País.

Conceitualmente, há uma diferença entre os termos “ convergência” e “harmonização “ harmonização é um processo que aumenta a compatibilidade das práticas contábeis.

Para que se possa entender melhor o processo de convergência é preciso conhecer as normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público,
Vale lembrar um conceito de acordo com Cavalcante (2004,f.138):

[...] é preciso lembrar que a preocupação inicial do conhecimento contábil está ligada ao aspecto econômico (daí o sentido do respeito à essência econômica diante da forma jurídica). É aceitável pensar, portanto, que a regra jurídica só se faz necessária diante do conflito efetivo ou potencial de interesses. Nesses termos, do ponto de vista do conhecimento contábil, ela poderia ser compreendida como secundária. Não pelo fato do aspecto jurídico representar uma importância inferior, mas somente para que a possibilidade de aprofundamento do conhecimento contábil não ficar por aquele aspecto “ represada”.

A essência da forma pode ser vista, como por exemplo, no registro contábil, ou seja, ao utilizarmos a essência sobre a forma, o profissional de contabilidade deverá visualizar o fato nas suas reais características, não havendo um modelo ou padrão preestabelecido ou predefinido de análise, o que sem sombra de dúvida faz com que o mesmo adote uma postura objetiva e demonstre os critérios ou métodos adotados em como por exemplo, uma nota explicativa.

Quanto a esta questão existe vários conceitos a serem analisados, segundo Pereira (2009,p.8): “As normas internacionais [,,] privilegiam a essência sobre a forma e ditam em geral, o princípio a ser seguido, não trazendo uma formulação detalhada de como proceder em cada tipo de transação, o que se aplica em um maior exercício de julgamento profissional [...]” e Matavelli (2009,p.11): “iremos assertivamente exercer uma subjetividade responsável, avaliando, julgando, fazendo juízo de valor”.

As normas internacionais de contabilidade direcionadas para atender as finalidades do setor público são definidas pelo IPSAS (International Public Sector Accounting Standards).

Apresentação das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

As normas brasileiras para o setor público são elencadas num conjunto de onze resoluções editadas pelo CFC (Conselho Federal de Contabilidade), tendo em vista o processo de convergência com as normas internacionais.

O Ministério da Fazenda com publicação da Portaria nº 184 de 25 de agosto de 2008, representou um passo importante no desenvolvimento da Contabilidade Pública Brasileira, de forma que a aproximou a contabilidade internacional, a ementa da Portaria dispõe:

Dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no setor público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torna-lo convergentes com as normas internacionais de contabilidade aplicada ao setor público.

A contabilidade pública no Brasil teve destaque em meados da década de 60 com a edição da Lei 4.320 de 17 de março de 1964, esta Lei define normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

No ano 2000, outro fator importante para contabilidade pública foi a edição da Lei Complementar nº 101, editada em 04 de maio. Nesta Lei é estabelecido o conceito de responsabilidade na gestão fiscal e são definidas penalizações aos gestores públicos que não atenderem as determinações nelas contidas, de maneira que esteja presente a ação planejada e transparente, em que se previne riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas (§1º, art.1º,LC nº 101-00).

Resumo das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público

Resolução CFC	Norma Relacionada	Referencia	Conteúdo
Nº 1128/08	NBC TSP 16.1	Conceituação, Objeto e Campo De Aplicação	Conceituação, o Objeto e o campo de Aplicação da Contabilidade Aplicada ao Setor Público
Nº 1129/08	NBC TSP 16.2	Patrimônio e Sistemas Contábeis	Conceito de patrimônio público, sua classificação sob o enfoque contábil, o conceito e estrutura do sistema de informação contábil
Nº 1130/08	NBC TSP 16.3	Planejamento e seus Instrumentos sob o enfoque contábil	Bases para o controle contábil do planejamento desenvolvido pelas entidades do setor público
Nº 1131/08	NBC TSP 16.4	Transações no setor público	Conceito, natureza e tipicidades das transações no setor público
Nº 1132/08	NBC TSP 16.5	Registro Contábil	Critérios para o registro contábil dos atos e dos fatos que afetam ou possam vir a afetar o patrimônio das entidades do setor público
Nº 1133/08	NBC TSP 16.6	Demonstrações Contábeis	Demonstrações Contábeis a serem elaboradas e divulgadas pelas entidades do setor público
Nº 1134/08	NBC TSP 16.7	Consolidação das Demonstrações Contábeis	Conceitos, abrangência e procedimentos, para consolidação das demonstrações contábeis no setor público
Nº 1135/08	NBS TSP 16.8	Controle Interno	Referencias para o

			controle interno como suporte do sistema de informação contábil
Nº 1136/08	NBC TSP 16.9	Depreciação, amortização e exaustão	Critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, da amortização e da exaustão
Nº 1137/08	NBS TSP 16.10	Avaliação e mensuração de ativos e passivos em entidades do setor público	Critérios e procedimentos para avaliação e a mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio do setor público
Nº 1366/11	NBS TSP 16.11	Norma de Custo	Conceituação, os objetivos, o objeto e as regras básicas para mensuração e evidenciação dos custos no setor público

Quadro 1. Relação das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Fonte: Elaboração baseada no sitio eletrônico do CFC

Além dos Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e da Demonstração das Variações Patrimoniais, todas prevista no art.101 da Lei 4.320/64 a NBC TSP 16.6 é estabelecido obrigatoriedade do setor público devem ser publicadas as Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC) e do Resultado Econômico (DRE).

A DFC evidencia os fluxos de caixas resultantes das operações, investimentos e financiamentos, cujo objetivo é fazer com que os usuários da contabilidade projetem resultados futuros de caixa e possam analisar a capacidade da entidade manter os serviços públicos para a sociedade.

Já a DRE tem como objetivo evidenciar o resultado econômico das ações do setor público, a partir da análise entre custo e a receita econômica, que resultado da multiplicação da quantidade de serviços prestados ou bens/produtos fornecidos pelo custo oportunidade.

Alguns métodos de avaliação e mensuração de itens patrimoniais vistos na contabilidade Societária serão também abordadas no setor público, dentre eles, estão a utilização da reavaliação e da redução ao valor recuperável.

Os ativos e os passivos serão dispostos no BP (balanço patrimonial) em ordem decrescente do grau de conversibilidade e exigibilidade, respectivamente, e divididos em circulante, não circulante. No patrimônio público também deverá ser reconhecido, assim como no setor privado, os ativos intangíveis, que são conceituados na Resolução CFC 1.137/08 como os direitos que tenham por objetivo bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção.

Também é destaque a divisão do sistema de contabilidade pública em subsistemas que deverão atuar de forma integrada, que são: subsistema orçamentário que compreende o planejamento e a execução orçamentária; o subsistema patrimonial, que compreende fatos financeiros e não financeiros; o subsistema de Custos de bens serviços públicos e o subsistema de compensação, que compreende fatos que possam causar influencia no patrimônio público.

Neste contexto a integração é a palavra chave, porque uma das características do sistema integrado é a proporcionar informações de maneira rápida, tempestiva e oportuna, com a consequente redução dos custos relacionados à sua busca pelas entidades.

Os registros efetuados pela contabilidade pública, conforme a NBC TSP 16.2 devem ser realizados e ter seus efeitos evidenciados no período com o qual se relacionam, de forma independente do momento da execução orçamentária, em obediência ao principio da competência. Prevalecendo conflitos entre relações jurídicas, econômicas e patrimoniais, o registro será realizado com base na essência econômica e não sobre a forma jurídica.

No que diz respeito a depreciação, amortização e exaustão, a NBC TSP 16.9 estabelece critérios e procedimentos para o registro contábil, cujo reconhecimento começará quando o item estiver em condições de uso.

O profissional de contabilidade fará a provisão respectiva com base em laudos técnicos cujo procedimento é baseado na vida útil econômica do bem.

Já a NBC TSP 16.11 estabelece o conceito, o objetivo e as regras básicas para mensuração e evidenciar os custos do setor público.

O sistema de informação de custos no setor público tem a função de registrar, processar e evidenciar os custos dos bens e serviços e outros objetos de custos, produzidos e ofertados à sociedade pela entidade pública.

A informação de custos, gerada em obediência ao regime de competência patrimonial. É importante destacar que a ideia inicial para desenvolvimento do sistema de custos, ou seja, o sistema de custos tem foco gerencial, auxilia o gestor público na tomada de decisão.

Estas são algumas das mudanças provocadas na contabilidade pública nacional em acordo com as NBC TSP aprovadas por resoluções do CFC.

Os resultados trazem a tona mudanças nos procedimentos adotados pela contabilidade pública, de forma a aproxima-la de seu objetivo.

Entre estas mudanças pode-se destacar os procedimentos de avaliação e mensuração de componentes patrimoniais que deverão ser utilizados pela contabilidade pública contábil dos fatos com base na essência sobre a forma.

As normas brasileiras de contabilidade provocam mudanças decisivas para o estabelecimento do registro contábil de atos e fatos com base na essência econômica

em detrimento de forma jurídica , característica que faz com que o profissional contábil atue com subjetivismo ao mesmo tempo em que deve agir com responsabilidade.

Ao todo são trinta normas para o setor público, expostas no site do CFC (Conselho Federal de Contabilidade) as quais deverão ser utilizadas logo no início de 2014, contudo, muito ainda há para ser analisado , visto que este assunto além de ser relevante é de muita importância para o setor público, pois irá equiparar a contabilidade pública á contabilidade privada.

É necessário ressaltar que, além de mudanças técnica, a contabilidade pública ganhou novos enfoques voltadas ao planejamento e a transparência na alocação e aplicação de recursos públicos ,seja, a contabilidade pública deverá servir como instrumento de planejamento para tomada de decisão por parte do gestor público, dos credores, dos cidadãos.

Cabe resaltar conceito de receita e despesa pública:

A receita pública é todo recurso obtido pelo Estado para atender as despesas públicas, esta receita provém dos serviços prestados, direta ou indiretamente, pelo Governo, à coletividade, em troca da cobrança dos tributos e por mutação patrimonial, decorrente de alienação de bens, da amortização dos empréstimos concedidos e outros. Já a despesa pública é classificada no momento de sua liquidação, ou seja, quando o contratado entregar o objeto empenhado. As contas do plano de contas para este grupo serão abertas de acordo com a classificação orçamentária das despesas, que é definida pela Secretaria de Orçamento Federal – SOF, do Ministério do Planejamento e Orçamento.

Representam os recursos despendidos, na gestão, que serão computados na apuração do resultado do exercício e são desdobradas nas seguintes categorias econômicas:

Despesa correntes e despesa de capital

As receitas orçamentárias correspondem a todos os valores recebidos, relativos à execução orçamentária da receita

O sistema financeiro – está relacionado com os ingressos, que são as entradas, e os dispêndios que são as saídas, de recursos, com seus devidos pagamentos de natureza orçamentária e extra-orçamentária.

3 PERFIL DO CONTADOR

3.1 Evolução

Este trabalho tem como objetivo geral apontar a importância do profissional formado em ciências contábeis aos muitos usuários da contabilidade, suas áreas de atuação e seu novo papel diante dos avanços da informática, da competitividade do mercado e das necessidades geradas pela globalização nos dias atuais.

Os objetivos específicos deste trabalho são:

- Definir qual a atual função do contador diante dos avanços da informática;
- Fazer um levantamento dos atuais usuários da contabilidade e suas principais necessidades;
- Apontar a importância do contador aos usuários da contabilidade diante de suas atuais necessidades;
- Ilustrar através de comparações com outras áreas, mostrando que a profissão contábil não perdeu o prestígio do seu labor;
- Transcrever os benefícios trazidos pelos avanços tecnológicos para a contabilidade e mostrar que eles não vieram para diminuir o valor do profissional contábil;

- Examinar as atuais críticas feitas aos contabilistas e fazer oposição a elas quando possível;
- Revisar os conceitos contábeis e observar as mudanças relacionadas ao novo contexto mundial;
- Estabelecer uma relação entre a função atual do contador e os avanços alcançados por empresas que utilizam-se de suas contribuições;
- Relatar alguns fatos ocorridos com empresas que utilizaram, de maneira inteligente, das informações geradas pelos contabilistas;
- Contrastar o perfil do contador esperado atualmente com seu perfil de meio século atrás;
- Relacionar as mais variadas áreas de atuação do profissional contábil;
- Comparar as técnicas utilizadas pelos contabilistas atualmente com os de meio século atrás;
- Citar os benefícios trazidos pelos avanços tecnológicos para a contabilidade;
- Analisar as necessidades dos atuais usuários da contabilidade, com o objetivo de formular um novo perfil do profissional contábil;
- Verificar as expectativas das empresas perante o profissional contador;
- Notificar as obrigatoriedades fiscais da assinatura do contador nos laudos contábeis;
- Avaliar o desempenho e as limitações dos sistemas contábeis;
- Descrever os relatórios oficiais elaborados com o auxílio dos programas contábeis;
- Formular argumentos que mostrem o prestígio do contador e as vantagens de utilizar os serviços deste profissional;
- Selecionar os mais variados relatórios elaborados com o auxílio dos programas contábeis que são utilizados pelos contadores para auxiliar os gestores na tomada de decisão;
- Explorar as limitações dos programas com o objetivo de mostrar o valor do profissional contador;
- Exemplificar com comparações com outras áreas de atuação que o avanço tecnológico não tirou o valor do profissional contador;

- Enumerar as mais variadas áreas do profissional formado em ciências contábeis;
- Caracterizar contadores e técnicos em contabilidade a fim de dar maior ênfase aos conhecimentos e atribuições do contador;
- Distinguir o contador do técnico em contabilidade, mostrando suas competências e limitações;
- Aplicar várias comparações entre os avanços tecnológicos em outras áreas e o prestígio de seus respectivos profissionais no mercado com o avanço na contabilidade e o profissional contador;

Juridicamente, todos sabemos que é o contador quem executa os procedimentos necessários para a abertura das empresas: serviços de coleta de documentos, extração de certidões, providências para que toda a documentação esteja corretamente preenchida; apresentação dos documentos nos órgãos competentes; solicitação de registro das empresas; e autorização para seu funcionamento. Além disso, na fase operacional das empresas, exige-se o acompanhamento para o preenchimento de guias de recolhimento de tributos e impostos e a comunicação às empresas dos respectivos vencimentos das guias.

O que acontece, é que na prática o Contador passou a exercer um papel de despachante. Porém, a sua importância extrapola os serviços de mero despachante de papéis e guias. Exige-se muito pouco de um profissional de nível superior, graduado em Ciências Contábeis. O Contador tem muito mais a oferecer do que isso. Ele deve ser encarado como um colaborador muito importante no processo de acompanhamento e desenvolvimento da empresa.

Na visão dos profissionais recém formados em administração ou mesmo da própria classe contábil, o contador é um profissional imprescindível para as empresas, mas é preciso que a sociedade e os gestores de empresas tenham esta mesma visão, e aproveitem os recursos que os contadores podem oferecer.

Com o advento da informática, o trabalho do contador passou por grandes revoluções que facilitaram o seu dia a dia, mas não retiraram a essência de seu labor. As críticas feitas aos profissionais contábeis devem-se à desinformação por parte da sociedade e dos gestores com relação à verdadeira função da contabilidade, que é a de gerar informação. A contabilidade vista apenas como um programa para lançar dados é realmente muito fácil, e não seriam necessários tantos anos na universidade para executar estas tarefas, mas se analisarmos a contabilidade como ciência, veremos que o profissional tem muito a fazer.

Hoje o contador tem que ser visto como um gestor. São os contadores os profissionais aptos para analisar os dados emitidos pelos "sistemas" e daí encaminhar o parecer para a tomada de decisão. É muito fácil falar em números, mas ver a correlação com o patrimônio da empresa e como estes números irão afetá-lo, só o contador poderá fazer.

Atualmente, em meio à globalização e à competitividade do mercado nacional e mundial, inúmeras empresas são obrigadas a "fechar as portas", fato este que poderia ser evitado se estas empresas possuísem uma boa contabilidade. As críticas feitas aos contadores servem apenas para agravar este triste fato, pois este profissional necessita de credibilidade para poder exercer com sucesso sua função. De nada adianta um profissional com capacidade de gerar informações úteis para as empresas, se os gestores não confiarem neste profissional e conseqüentemente nas suas informações.

Assim, elaborar um estudo capaz de mostrar detalhadamente a verdadeira função do contador na atualidade, mostrando também que os avanços tecnológicos serviram para agilizar o serviço contábil e não para substituir ao contador, ajudará aos gestores e à sociedade a confiar no trabalho do profissional contábil. Esta confiança é essencial para que este profissional ajude os gestores a tomarem decisões que poderão salvar empresas ou mesmo fazê-las obterem mais lucros. Não obstante disso, um estudo neste sentido fará com que haja mais candidatos interessados no curso de Ciências Contábeis nas universidades, servirá de motivação aos alunos já matriculados nesta

graduação e mostrará para os contadores formados que sua nova função exige que eles estejam sempre atualizados para poderem elaborar da melhor maneira possível, relatórios gerenciais que auxiliem os gestores na tomada de decisão.

A globalização e a necessidade de inovações constantes levam os empregadores a contratar pessoas pró-ativas, com senso de responsabilidade e capacidade de se manterem atualizadas diante do caos legislativo que se verifica no Brasil

A avalanche de informações que o governo exige das empresas é um indicativo que não basta aprimoramento técnico, sendo necessário o contabilista compreender e comunicar-se dentro e fora da organização, visando adaptar tais exigências. Mensalmente, os governos federal, estaduais e municipais despejam nos diários oficiais dezenas de decretos, regulamentos, atos administrativos, instruções normativas, etc.

Diante de tal sobrecarga, o contabilista necessita focar situações estratégicas, estar preparado para ser um gerente de informações. Cada vez mais é comum as empresas consultarem os profissionais contábeis sobre composição de seus custos, para formação seu preço de venda, análise de ponto de equilíbrio, alavancagem, análises do balanço e outras situações gerenciais. Mas, preocupado em atender as inúmeras exigências principais e acessórias dos fiscos, o contador às vezes não dispõe de tempo para situações que demandam análises estratégicas, o que o tornaria, de fato, um gestor de informações.

Os contabilistas têm tudo para serem extremamente importantes nas organizações, pois, além de suas funções tributárias (o que, por si só, já o remetem a administrar quase 40% do faturamento de uma empresa), poderão trazer para a organização um leque de análises, informações e idéias que podem significar a diferença entre o sucesso e o fracasso empresarial.

As exigências aos profissionais e às empresas contábeis são crescentes e desafiadoras, porém, precisa-se aliar a capacidade técnica a uma permanente renovação e a um alto padrão de criatividade como elementos-chave para poder enfrentar os desafios e ter êxito em seus ofícios. Impõe-se a preocupação constante em

acompanhar vigilantemente tudo que vai surgindo de novo na atividade econômica e administrativa, assim como na tecnologia da informação, seja no Brasil, seja em qualquer outro país, para que se possa cumprir corretamente seu papel.

A competitividade global é internacional, colocando os contadores e a contabilidade diante de novos desafios e oportunidades de desenvolvimento ao mesmo tempo, surgindo assim novas tendências para o profissional.

4 METODOLOGIA

Metodologia da Pesquisa

Nesta monografia forão utilizadas e combinadas as seguintes modalidades de pesquisa:

- DESCRITIVA: pois será necessário descrever todas as áreas de atuação do contador e descrever todos os relatórios oficiais obrigatórios gerados pelos sistemas informatizados.
- DOCUMENTAL: porque será necessário utilizar-se de fontes de contribuição teórica.
- HISTÓRICA: já que haverá necessidade de se comparar a prática contábil de meio século atrás com as práticas contábeis atuais.
- ESTATÍSTICO: esta modalidade será necessária para mostrar o valor do contador das informações contábeis para as pequenas, grandes e médias empresas.
- CIENTIFICO: para descobrir a realidade dos fatos, os fundamentos das críticas e quais podem ser usadas de forma construtivas.
- BIBLIOGRAFICA: serão selecionados livros e artigos que tratem do assunto e dêem embasamento teórico para a pesquisa.

- TEÓRICA: pois serão utilizadas algumas teorias de autores que tratem do assunto para auxiliarem nos argumentos de pesquisa.
- DEDUTIVO: levando em consideração a visão que os atuais usuários têm dos contadores, e as atuais necessidades do mercado atual, será necessário elaborar um perfil ideal de profissional contábil.

As técnicas utilizadas neste estudo são:

- ENTREVISTAS DIRETAS: por meio de formulários de pesquisa com o objetivo de identificar a visão que os usuários têm dos contadores e qual seria o perfil ideal do contador na opinião deles.
- PESQUISA NA INTERNET: procurar na internet temas relacionados com o assunto que ajudem na pesquisa.
- ARQUIVOS PARTICULARES: pesquisa em acervos de instituições privadas que possuam trabalhos semelhantes como a UNIVIX, FUCAPE, FAESA, UNIVILA, UVV.
- ARQUIVOS PUBLICOS: pesquisa em arquivos de instituições de ordem pública tais como as bibliotecas da UFES e da USP.
- LOCALIZAÇÃO: pesquisa bibliográfica no acervo da Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo.

Dado as adequações na atividade de contabilidade com a equiparação a Contabilidade Internacional, a Contabilidade Pública, inicia a corrida contra o tempo para atender as exigências do Tribunal de Contas da União e a do Estado para que toda a Instituição Pública possa estar dentro da legalidade federal e a outros níveis.

5 FUNDAMENTAÇÃO

5.1 Fundamentação Teórica

A Contabilidade tem por fim munir todos os usuários internos e/ou externos de suas informações, a fim de auxiliar os gestores da entidade, no sentido de alcançar o fim a que a mesma se propõe, através da adequada mensuração dos eventos cabíveis que venham impactar seu patrimônio.

De acordo com o Professor IUDÍCIBUS (2000, p. 28):

O objetivo principal da Contabilidade (e dos relatórios dela emanados) é fornecer informação econômica relevante para que cada usuário possa tomar suas decisões e realizar seus julgamentos com segurança.

Sempre com o propósito de gerar informações, a contabilidade foi evoluindo com o passar do tempo, e com o auxílio da informática, muitos processos trabalhosos passaram a ser simples fazendo com que o contador tenha tempo para se dedicar a análises contábeis, consultas, reuniões com gestores, ou mesmo aprimorar seus conhecimentos através de palestras e cursos de reciclagem, para poder estar de acordo com o seu novo perfil, o de contador gerencial.

O termo "contador gerencial" não é novo. A contabilidade gerencial surgiu após a Revolução Industrial, que ocorreu no século XVIII, devido à necessidade de levantar os custos do valor do processo de conversão de mão-de-obra e materiais em novos produtos. Segundo Silvio Aparecido Crepaldi (2004,p. 39):

O contador gerencial é definido como um profissional que identifica, mede, acumula, analisa, prepara, interpreta e relata informações (tanto financeiras quanto operacionais) para uso da administração de uma empresa, nas funções de planejamento, avaliação e controle de suas atividades e para assegurar o uso apropriado e a responsabilidade abrangente de seus recursos.

Os avanços tecnológicos dos últimos tempos junto com as novas necessidades dos usuários da contabilidade modificaram a rotina do contador. Hoje o contador não pode se dedicar apenas aos lançamentos contábeis, visto que este procedimento pode ser

feito por qualquer pessoa com o mínimo de noção de débito e crédito e um conhecimento básico de informática. A evolução do ambiente econômico e social vem exigindo do profissional contábil uma gama de conhecimentos e habilitações. Hoje, dentro da classe contábil, concorda-se que o profissional tem que se modernizar. Para isso, é, preciso que se altere o atual papel dos contadores, promovendo reformas que aumentem o grau de eficiência e eficácia de suas atividades. A questão de atualização vai além do ambiente contábil. Estar atualizado nos dias de hoje, é uma necessidade da grande maioria dos cidadãos, e no mercado competitivo, virou questão de sobrevivência.

IUDÍCIBUS (1991; p.07) diz que:

“ para o seu benefício profissional e como cidadão o contador deve manter-se atualizado não apenas com as novidades de sua profissão mas, de forma ampla, interessar-se pelos assuntos econômicos, sociais e políticos que tanto influem no cenário em que se desenrola a profissão”.

A informática está presente em todas as áreas e na área contábil, não poderia ser diferente. A contabilidade é uma das ciências que mais trabalha com banco de dados e informações e estas informações precisam ser armazenadas de maneira organizada, confiável, de fácil acesso e sem o acúmulo de papel. Neste sentido, os softwares contábeis ajudaram bastante a evolução da contabilidade e hoje em dia, é praticamente impossível um escritório contábil sobreviver sem o auxílio dos computadores. As grandes empresas e os escritórios de contabilidade adotam fortemente a informática como ferramenta de trabalho. Já não se admite mais os antigos métodos da escrituração contábil feito à mão. Com a grande concorrência, as empresas de contabilidade investem na informática para oferecerem um serviço mais rápido e de melhor qualidade.

Vasconcellos (1997, p.26) salienta que:

“A informática é capaz de disponibilizar um conjunto de tecnologias para atender vários usuários entre eles a Contabilidade. A contabilidade deve ter habilidade para montar dados que admitam a obtenção das informações, objeto do seu trabalho.”

Uma outra tecnologia disponibilizada pela informática utilizada pela contabilidade, além dos softwares contábeis, é a internet. É inevitável o impacto da Internet no cotidiano de todos. Facilmente são notados seus benefícios em todas as áreas profissionais que são impulsionadas a utilizarem essa tendência tecnológica. A contabilidade é uma das profissões que fortemente se aproveita dessa importante ferramenta. Cabe aos contabilistas, confirmar sua importância perante a sociedade, reafirmar o seu papel, utilizando a Internet de forma eficiente, mostrando que essa aliança além de fortalecer o profissional, contribuirá para o enriquecimento das informações geradas na área contábil.

É realmente notável o avanço que a informática proporcionou ao trabalho contábil, contudo, é um lamentável engano imaginar que as máquinas substituirão os profissionais da contabilidade. As máquinas não pensam, elas são programadas para cumprir determinações. Sua principal função é facilitar o controle e agilizar a guarda e a obtenção de informações na empresa. A parte inteligente e criativa fica por conta das pessoas, em diversas áreas, incluindo a contábil.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Contabilista precisa estar preparado para adaptar-se a esse movimento globalizado que se encontra atualmente. À medida que a tecnologia da informação tem avançado e a pressão competitiva tem forçado inovações dentro das organizações, as maneiras habituais dos profissionais de propiciar informações aos seus gestores, têm se tornado cada vez mais insuficientes para as necessidades de decisão. Análise de desempenho, profissionalismo, transparência das informações e planejamento de investimentos são, entre outros, alguns conceitos gerenciais utilizados atualmente por essas organizações para atingirem os seus objetivos. Neste contexto e diante de um ambiente cada vez mais complexo tecnologicamente, para o sucesso dessas entidades se faz necessário que a Contabilidade, como um instrumento valioso de informações para a tomada de decisões, passe a administrar a sua base informacional e aproveitar as oportunidades de diferenciação que as novas tecnologias de informação oferecem. Por conseguinte, o presente estudo tem como objetivo demonstrar que uma empresa para ser competitiva e sobressair-se neste ambiente no qual esta inserida, é necessário adotar uma nova postura com a busca da informação e do conhecimento para uma gestão eficaz, através dos profissionais da Contabilidade, a qual desenvolvida de forma integrada e adequada às necessidades das entidades permite uma maior flexibilidade, eficiência, agilidade e segurança aos gestores, que passam a avaliar melhor as diversas decisões a serem tomadas e o impacto delas decorrentes

As funções meramente burocráticas estão cedendo espaço para profissionais mais arrojados, que desejam aproximar informações e utilidade gerencial.

O contador gerencial é definido pelo IFAC – International Federation of Accounting (Federação Internacional de Contabilidade) como um profissional que: "...identifica, mede, acumula, analisa, prepara, interpreta e relata informações (tanto financeiras quanto operacionais) para uso da administração de uma empresa, nas funções de planejamento, avaliação e controle de suas atividades e para assegurar o uso apropriado e a responsabilidade abrangente de seus recursos".

Existe uma ênfase maior neste ano por conta de tais mudanças, tanto na questão da Legislação quanto obviamente no perfil do contador que tem a responsabilidade de estar atento as modificações que são “obrigatórias” em todas as esferas em nosso país, com isso o contador passa a ter papel mais que fundamental para aplicação das técnicas e conhecimento da função que tardiamente está em evidência, sendo assim o Conselho Federal de Contabilidade define o ano de 2013 como o ano da Contabilidade. A eficácia do governo empreendedor, justamente por serem escassos os seus recursos orçamentários, centra-se na transparência de um “ governo competitivo, que introduz a competição na prestação de serviços” (Drucker,1991:80-116), sobretudo, preocupa-se com a obtenção dos melhores resultados que os recursos disponíveis possam proporcionar (Reese e Ohren, 1999).

No Brasil, os critérios do governo empreendedor vem sendo desenvolvidos durante a última década e constitui hoje um dos fundamentos da política do governo federal, bem como de alguns dos estados, voltados para reformas, centrados na entrega à sociedade de tarefas antes assumidas pelo governo burocrático tradicional, mediante privatizações, terceirizações e contratos de gestão com agências e entidades públicas.

A identificação dos benefícios de políticas públicas empreendedoras demanda, primeiramente, a determinação dos índices físicos e qualitativos de desempenho, o que transpõe das diversas experiências e estudos.

Este modelo empreendedor de gestor público fez originar em vários países, inclusive no Brasil, os chamados contratos de gestão, pelos quais o governo central se relaciona ao mesmo tempo descentralizado e integrado com suas entidades.

Lima e colaboradores (1999:545) notam que os contratos de gestão, mediante compromissos sobre objetivos e metas, tem como escopo a necessidade de otimização do benefício social gerado pelos recursos públicos, investidos na entidade governamental, a qual se volta inteiramente à satisfação da sociedade como fundamentação de sustentação do Estado.

7 REFERÊNCIAS

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria Contábil**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004, p. 39.

IUDÍCIBUS, Sergio de. **Contabilidade Gerencial**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1991, p. 07.

IUDÍCIBUS, Sergio de. **Contabilidade Comercial**. 3. São Paulo: Atlas, 2000, p. 28.

VASCONCELLOS, Marco Túlio de Castro. Impactos da Internet sobre a Evolução da Ciência Contábil. **Revista do Conselho Regional do Estado de São Paulo**, São Paulo, n.01, mar. /abr.1997, p. 26.

MARION, José de Marion, Jose Carlos. Introdução à **Teoria da Contabilidade para o Nível de Graduação**. São Paulo:Atlas, 2000.

NEVES, Silvério; VICECONTI, Paulo Eduardo V. Contabilidade Básica: **Estruturas das Demonstrações Financeiras**. 11. ed. São Paulo: Frase, 2003.

MOSCOVE, Stepehn a.; SIMKIN, Mark G.; BAGRANOFF, Nancy A. **Sistemas de Informações Contábeis**. São Paulo: Atlas, 2002.

OLIVEIRA, Edson. **Contabilidade Informatizada**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

PADOVEZE, Clovis Luis. **Sistemas de Informações Contábeis: Fundamento e Análise**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SÁ, Antonio Lopes de. **Teoria da contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SANTOS, Aldemar de A. **Informática na Empresa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

FEIJÓ, Pedro Henrique, **Entendendo as mudanças na Contabilidade aplicada ao setor público**, ed.Gestão Pública,2013